

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 897.677 - RS (2016/0088320-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : N B
ADVOGADOS : KATIA MANDELLI BAUER - RS021560B
RAQUEL DESSBESELL BOHRER - RS070332
AGRAVANTE : L U B
ADVOGADOS : LUIZ CARLOS ALVIM OLIVEIRA - RS028276
LUCI URBANO BAZILA - RS037299
EDEGAR GARCIA TORRES - RS030377
AGRAVADO : OS MESMOS

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DIVÓRCIO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. **1.** ANÁLISE DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. **2.** NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NÃO CONFIGURADA. **3.** AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 DO STF E 211 DO STJ. **4.** ALEGAÇÃO DE ALTERAÇÃO NO COMANDO SENTENCIAL, DA PARTILHA DOS BENS E DAS DÍVIDAS, DA INCIDÊNCIA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA E DA CONDENAÇÃO DA PARTE AGRAVADA AO PAGAMENTO DE DANOS MORAIS. REVISÃO OBSTADA PELA SÚMULA 7/STJ. **5.** AGRAVO DE L.U.B. CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Na origem, L.U.B. ajuizou ação de divórcio litigioso contra N.B., objetivando a decretação do divórcio, a partilha dos bens obtidos durante o casamento em regime de comunhão universal, a fixação de alimentos, assim como o pagamento de indenização por dano moral. O pedido de alimentos provisórios foi indeferido.

O Juízo de primeiro grau julgou parcialmente procedente a ação para decretar o divórcio entre as partes e determinar a partilha dos bens amealhados, bem como condenou as partes ao pagamento de 50% das custas e honorários advocatícios arbitrados em R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), para cada um, suspenso, contudo, em razão da assistência judiciária concedida à ora demandante (e-STJ, fls. 1.355-1.366).

Interpostos recursos de apelação por ambas as partes, a Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul decidiu, por unanimidade, não conhecer do aditamento à apelação e do agravo retido; conhecer parcialmente do apelo da autora e, nessa parte, dar-lhe parcial provimento; e conhecer parcialmente do apelo do réu e, nessa parte, negar-lhe provimento, em aresto assim ementado (e-STJ, fls. 1.658-1.660):

APELAÇÕES CÍVEIS. ADITAMENTO E AGRAVO RETIDOS. NÃO CONHECIMENTO. AÇÃO DE DIVÓRCIO. DATA DA SEPARAÇÃO FÁTICA. ALTERAÇÃO DO MARCO ESTABELECIDO NA SENTENÇA. PARTILHA. INCLUSÃO NO ACERVO DOS VALORES RECEBIDOS PELO VARÃO EM DEMANDA JUDICIAL DECORRENTE DO LABOR EXERCIDO DURANTE O MATRIMÔNIO. INEXISTÊNCIA DE DÉBITO PERANTE A CEF A SER PARTILHADO. NO REMASCENTE, EM RELAÇÃO À PARTILHA, MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. FIXAÇÃO DE ALIMENTOS EM FAVOR DA EX-MULHER E CONDENAÇÃO DO VARÃO POR DANOS MORAIS. DESCABIMENTO.

1. As decisões proferidas em sede de aclaratórios não alteraram o comando sentencial, razão por que o aditamento à apelação apresentada pela autora não pode ser conhecido, assim como o agravo retido interposto, cuja apreciação foi reiterada apenas no aditamento.
2. Apesar da sua fragilidade probatória, a data indicada no registro de ocorrência policial lavrado pela autora deve ser considerada para delimitação do marco final da relação (14.03.2008), já que absolutamente nada foi apresentado aos autos pelo réu para confortar sua alegação de que a ruptura teria ocorrido ainda em dezembro de 2007, marco que reconhecido na origem. Sentença reformada no ponto.
3. Caso em que o varão, servidor público federal, na constância do matrimônio, ajuizou ação em face da União, recebendo posteriormente as verbas reclamadas, respeitantes ao labor exercido durante a relação, as quais integram o acervo partilhável, como defendido pela autora. Precedentes do STJ e desta Corte de Justiça. Sentença reformada no ponto.
4. Havendo verossimilhança na alegação do varão de que utilizou parte do valor proveniente da referida demanda judicial na aquisição do veículo de placa IIN 1589 (levantamento do valor e aquisição em janeiro de 2008), e considerando o reconhecimento de que o direito de meação da autora incide sobre a integralidade desses recursos, resta inviabilizada a pretendida partilha do veículo, sob pena de *bis in idem*.
5. Corretamente determinada na origem que a partilha do veículo de placa ICK 2300 e da moto de placa INA 9379 ocorra com base no valor da Tabela FIPE ao tempo da separação, com incidência da correção monetária desde essa data e juros de mora desde a prolação da sentença.
6. A partilha do veículo de placa EWY 1965, como determinado na

sentença, deve ocorrer com base na avaliação a ser realizada na fase de liquidação de sentença, considerado seu valor ao tempo da separação, pois ausente nos autos documentação que permita sua avaliação pela Tabela FIPE, com incidência da correção monetária desde a data da separação e juros de mora desde a prolação da sentença.

7. Não se desincumbiu a autora de comprovar sua alegação de que ao tempo da separação o casal titulava um triciclo, sendo inviável sua pretensão de partilha.

8. Do mesmo modo, não comprovou a autora que, além dos quatro aviões aeromodelos de controle remoto reconhecidos pelo varão, cuja partilha foi determinada na origem, o casal titulava outros cinco ao tempo da ruptura.

9. A partilha dos quatro aviões aeromodelos deve ocorrer com base na avaliação a ser realizada na fase liquidatória, como determinado na sentença, considerado seu valor ao tempo da separação, com incidência da correção monetária desde a data da separação e juros de mora desde a prolação da sentença.

10. Os pedidos do varão de partilhamento do valor econômico atribuído à permissão para exploração do serviço de táxi, prefixo 4174, bem como de partilha dos rendimentos auferidos em razão da locação pela autora do imóvel matriculado sob o nº. 29.939, traduzem inovação recursal, pois pretensões não discutidas durante a tramitação do feito. Não conhecimento da insurgência no ponto.

11. Carece a autora de interesse recursal ao defender a incomunicabilidade do veículo vinculado ao prefixo 4174, de placa IOM 4101, cuja partilha não foi determinada na sentença.

12. Integram o acervo partilhável as dívidas bancárias contraídas pelo réu durante o matrimônio e não quitadas até a data ruptura da relação, no que se enquadram os débitos remanescentes provenientes dos empréstimos contraídos junto ao Banco Santander (duas parcelas no valor de R\$ 1.174,25, cada, que foram pagas pelo réu depois da separação), perante o Banco BMC, o Banco Alfa e o Banco do Brasil, objeto de ações judiciais, os quais devem ser apurados em liquidação de sentença.

13. Ausente dívida perante a CEF a ser partilhada entre o casal, pois os documentos apresentados pelo varão revelam sua quitação antes da ruptura. Sentença reformada no ponto.

14. A obrigação alimentar entre os cônjuges decorre do dever de mútua assistência, persistindo mesmo após a dissolução do casamento, desde que comprovada a carência de recursos por parte de um deles (arts. 1.566, III, e 1.694, Código Civil). Caso em que a autora não demonstrou sua efetiva necessidade pelos alimentos reclamados, ônus que lhe competia, não tendo comprovado a ausência de condições para prover a própria subsistência.

15. Não havendo comprovação acerca da prática de ato ilícito passível de reparação no âmbito econômico-financeiro, descabida a estipulação de indenização a título de dano moral, postulada, no caso, em razão da alegada infidelidade do varão, ocorrência que sequer foi comprovada.

ADITAMENTO À APELAÇÃO E AGRAVO RETIDO NÃO

CONHECIDOS. APELO DA AUTORA PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, PARCIALMENTE PROVIDO. APELO DO RÉU PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração por ambas as partes, foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.763-1.775 e 1.777-1.781).

Foram opostos novos embargos declaratórios pelas partes, os quais também acabaram rejeitados (e-STJ, fls. 1.798-1.802 e 1.804-1.808).

Os embargos de declaração opostos por N.B. foram rejeitados com aplicação de multa, nos termos do art. 538, parágrafo único, do CPC/1973 (e-STJ, fls. 1.820-1.825).

Nas razões do recurso especial, **L.U.B.**, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, alegou violação aos arts. 333, I e II, 463, I e II, 471, 513, 515, 516, 517, 518, § 2º, 535 e 536 do CPC/1973; 186, 1.650 e 1.652, III, do CC/2002; e 5º, LV, da CF/1988, com base nos seguintes argumentos: **a)** negativa de prestação jurisdicional, uma vez que "as decisões prolatadas nos v. Acórdãos contrariaram os dispositivos legais adrede elencados, vilipendiando o devido processo legal e atingindo de forma reflexa o ato jurídico perfeito e a ampla defesa" (e-STJ, fl. 1.850); **b)** preliminarmente, aduziu que o direito defendido na apelação complementar não estava precluso e que o julgador monocrático não decidiu sobre a partilha do pagamento das dívidas na sentença; **c)** declaração do valor dos bens a serem partilhados à data da separação devidamente corrigidos; **d)** a incidência de juros e correção monetária desde o recebimento da reclamatória trabalhista pelo réu; **e)** o cabimento da indenização por danos morais; **f)** a exclusão do pagamento das dívidas da partilha; e **g)** condenação da parte agravada ao pagamento de custas e honorários advocatícios.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 2.026-2.035).

O Tribunal local não admitiu o processamento do recurso especial ante a ausência de ofensa ao art. 535 do CPC/1973, bem como pela impossibilidade de análise de violação a dispositivo constitucional em recurso especial e pela incidência das Súmulas 7 e 211 do STJ.

Superior Tribunal de Justiça

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante mencionar que, nos termos do Enunciado Administrativo n. 2 do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

No tocante à ofensa ao art. 5º, LV, da Constituição Federal, cabe salientar que a competência desta Corte restringe-se à interpretação e uniformização do direito infraconstitucional federal, não sendo cabível o exame de eventual ofensa a dispositivos e princípios constitucionais, sob pena de usurpação da competência atribuída ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102 da Constituição Federal.

Consoante análise dos autos, a alegação de violação ao art. 535 do CPC/1973, atual art. 1.022 do CPC/2015, não se sustenta, uma vez que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

É o que se observa da fundamentação adotada no julgamento dos primeiros embargos de declaração, no qual notadamente esclareceu que "o Colegiado explicitou de maneira clara e precisa os fundamentos pelos quais entendeu pelo não conhecimento do aditamento à apelação, assim como do agravo retido interpostos pela embargante, assim como identificou detalhadamente os bens que integram o acervo comum e a forma com que a partilha deve ser procedida" (e-STJ, fl. 1.767).

Desse modo, tendo o Tribunal *a quo* motivado adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese, não há que se afirmar que a Corte estadual omitiu-se apenas pelo fato de ter o aresto impugnado decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE PERDAS E DANOS.

ART. 535 DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. PRODUÇÃO DE PROVAS. LIVRE CONVENCIMENTO DO JULGADOR. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Os vícios a que se refere o artigo 535, I e II, do CPC/1973 são aqueles que recaem sobre ponto que deveria ter sido decidido e não o foi, e não sobre os argumentos utilizados pelas partes, sendo certo que não há falar em omissão simplesmente pelo fato de as alegações deduzidas não terem sido acolhidas pelo órgão julgador.

[...]

5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 981.558/RS, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 29/10/2018)

Registre-se, a propósito, que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todos os pontos suscitados pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão, o que foi feito na hipótese.

Ademais, analisando os autos, constata-se que o tema relacionado aos arts. 463, I e II, 471, 513, 515, 516, 517, 518, § 2º, e 536 do CPC/1973 e 1.650 e 1.652, III, do CC/2002 não foi objeto de exame pelo Tribunal local apesar da oposição dos embargos de declaração.

Sendo assim, nos termos da jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça, a análise de tese no âmbito do recurso especial exige a prévia discussão pelo Tribunal de origem, sob pena de incidirem as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal, bem como o enunciado da Súmula 211/STJ.

Saliente-se que o reconhecimento da inexistência de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, bem como a aplicação da Súmula n. 211/STJ, não se apresenta contraditório, tendo em vista que o Tribunal de origem encontrou fundamento suficiente para solucionar a controvérsia.

A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. ALEGAÇÃO DE CONTRARIEDADE AO ART. 535, II DO CPC. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ART. 849 DO CC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. ART. 42, PARÁGRAFO ÚNICO DO CDC. REVISÃO DO JULGADO.

NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade, razão pela qual não há que se falar em violação ao art. 535 do CPC. 2. A matéria inserta no art. 849 do CC não foi prequestionada no acórdão recorrido, ainda que implicitamente; ou seja, sobre ela não se manifestou o Tribunal de origem, mesmo após a oposição dos Embargos de Declaração, até porque desnecessário ao deslinde da controvérsia. Incidência da Súmula 211 do STJ. 3. **O reconhecimento da inexistência de afronta ao art. 535, bem como a aplicação da Súmula 211 por ausência de prequestionamento é plenamente concebível, não se revelando contraditória a decisão que utiliza os dois fundamentos ao mesmo tempo; isso ocorre quando a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, tendo a Corte encontrado fundamento suficiente para solucionar a controvérsia ou por ser a argumentação posta nos Aclaratórios desinfluyente para alterar a conclusão anteriormente esposada, ou, ainda, por representar inovação, imprópria à oposição dos Aclaratórios.** 4. O acolhimento das alegações deduzidas no Apelo Nobre, a fim de afastar o dolo ou a culpa na cobrança indevida, demandaria necessariamente a incursão no acervo fático-probatório da causa, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ, segundo a qual a pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial. 5. Agravo Regimental da CEDAE desprovido. (AgRg no AREsp 160.080/RJ, Rel. Ministro **NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**, Primeira Turma, julgado em 24/4/2014, DJe 7/5/2014 - sem grifo no original)

No mais, o acórdão recorrido dirimiu a questão com base nos seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 1.665-1.676):

(...) não pode ser conhecido o aditamento à apelação apresentado pela autora às fls. 1.437/1.488, uma vez que as decisões proferidas em sede de aclaratórios opostos pelas partes não alteraram o comando sentencial (embargos desacolhidos, fls. 1.324, 1.337, 1.388 e 1.413), não se verificando, portanto, a hipótese de possibilidade de complementação das razões recursais.

(...)

Além disso, também não merece conhecimento o agravo retido interposto às fls. 1.104/1.106 pela autora, cuja apreciação foi reiterada apenas no aditamento, visto que, como atentamente observado no parecer ministerial de lavra do insigne Procurador de Justiça, Dr. RICARDO VAZ SEELIG, "na verdade, a autora, após interposição do primeiro apelo, acabou por ampliar as razões já deduzidas na primeira insurgência, a fim de que fosse conhecido

o agravo retido interposto no curso da demanda (sobre o qual havia silenciado quando do primeiro apelo), e também fazendo incluir novo pleito, atinente a um arrendamento de terras e safra de soja em imóvel rural, não constante na primeira insurgência, sem que tais temas tivessem sido objeto das reiteradas decisões proferidas em sede de embargos declaratórios - precisamente seis aclaratórios, sendo três de cada parte!" (fl. 1.531).

Dito isso, passo a examinar os apelos interpostos às fls. 1.287/1.323 e 1.392/1.401, que são próprios e tempestivos, sendo o primeiro dispensado de preparo (benefício da gratuidade deferida à autora, fl. 102) e o segundo preparado (fl. 1.402).

As questões controvertidas, no caso, dizem respeito à data da separação de fato do casal, ao partilhamento de bens, à estipulação de alimentos em favor da ex-mulher e à condenação do varão ao pagamento de danos morais em decorrência da suposta infidelidade.

Com relação ao primeiro questionamento, defendeu a autora durante a instrução que a separação do casal ocorreu em 14.03.2008 (fl. 1.302), enquanto que o réu, por seu turno, sustentou que, apesar dos inúmeros rompimentos anteriores, a ruptura definitiva ocorreu em 19.12.2007, quando saiu de casa e não mais retornou (fl. 1.179), marco este que foi reconhecido na sentença, e que agora é questionado pela autora.

Observo, de pronto, que nada foi acostado aos autos que pudesse comprovar de forma categórica a data em que efetivamente ocorreu a separação do casal. Todavia, considerando que a versão apresentada pela autora veio acompanhada de um registro, unilateral (reconheço), de ocorrência policial lavrado em 10.04.2008, dando conta de que o varão havia viajado em 14.03.2008 e desde essa data não havia mais retornado para a casa (fl. 13), entendo ser o caso de acolher sua irresignação, delimitando o marco final da relação em 14.03.2008, reformando a sentença no ponto.

Destaco, por oportuno, que a delimitação desse marco faz-se necessária principalmente para a apuração do patrimônio que compõe o acervo partilhável, já que a separação fática faz cessar o regime da comunhão de bens.

Na hipótese dos autos, a alteração desse marco traz reflexos, especialmente, com relação à partilha do veículo IMP/GM Tigrá, placa IIN 1589, que foi adquirido pelo réu em 16.01.2008 (fl. 56), cuja incomunicabilidade foi declarada na sentença exatamente em razão do reconhecimento de que a separação fática do casal teria ocorrido em dezembro de 2007 (fl. 1.279), o que também é questionado pela autora em seu reclamo.

Ocorre que, independentemente do acolhimento do pedido da autora com relação à alteração do marco final da relação (de dezembro de 2007 a março de 2008), entendo que o partilhamento do referido veículo ficaria inviabilizado.

Explico.

É que em contestação informou o réu que os recursos utilizados na aquisição do veículo IMP/GM Tigrá, placa IIN 1589, são provenientes da ação judicial (fl. 112), que foi intentada contra a União (nº.

2002.71.00.039329-1; precatório nº 2007.04.02.0043795), da qual recebeu em janeiro de 2008 o valor de R\$ 136.937,16 (fl. 224), importância cuja partilha foi postulada pela autora (ela fala em "reclamatória trabalhista"), e indeferida na origem, entendendo, todavia, que essa sua pretensão também deve ser acolhida.

Isso porque, na linha do entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça, as verbas trabalhistas, como resultado do trabalho, assim como o salário, configuram aquestos matrimoniais comuns por excelência, incidindo a incomunicabilidade apenas sobre o direito ao recebimento dos valores, não se estendendo, contudo, aos valores recebidos por um dos cônjuges, que a partir daí passam a integrar o patrimônio comum, sob pena de desvirtuamento do regime comunitário por completo.

Nessa compreensão se enquadram as verbas trabalhistas ou previdenciárias reconhecidas como devidas ainda ao tempo de vigência da comunhão, desde que atinentes a período aquisitivo coincidente com o período de duração da relação, que em princípio integram o acervo partilhável. Nesse sentido, alinho:

(...)

No caso, conforme restou comprovado durante a instrução, o varão, servidor público federal, ajuizou demanda em face da União em 08.10.2002 (inicial, fls. 20/28), ou seja, na constância do matrimônio (celebrado em 18.01.1986, pelo regime da comunhão universal de bens, fl. 12), buscando diferenças remuneratórias decorrentes da atualização de vantagem pessoal denominada "quintos", referentes ao período de 26.01.1993 a 26.01.1994, respeitante, portanto, à relação de trabalho desenvolvida antes da extinção do vínculo matrimonial.

Por conta disso, com o devido respeito pelo entendimento em sentido diverso, assiste razão à autora ao sustentar que possui direito de meação sobre os valores recebidos a esse título pelo varão, devendo ser provido seu apelo no ponto.

Contudo, considerando ser verossímil a alegação do réu de que empregou parte desses recursos levantados em janeiro de 2008 (fl. 224) na aquisição do aludido veículo, ocorrida no mesmo mês (fl. 56), entendo que resta inviabilizada sua inclusão no acervo, sob pena de *bis in idem*, devendo a meação da autora, desse modo, recair apenas sobre a integralidade do valor levantado, sem necessidade de abatimento do valor empregado na compra do veículo, que sequer foi noticiado nos autos (declarado junto ao Fisco no exercício 2009 por R\$ 24.000,00, fl. 580), ficando mantida a sentença quanto à sua exclusão do acervo, mas por fundamento diverso.

Relativamente ao veículo GM/Omega GLS, placa ICK 2300 (fl. 49), deve ser mantida a sentença no ponto em que determinou a partilha pelo valor da Tabela FIPE (R\$ 14.703,001), considerando-se como mês de referência o da separação fática (março de 2008, e não dezembro de 2007), momento em que, reprimido, cessa o regime da comunhão de bens, não assistindo razão à autora ao pretender que seja considerado o valor de R\$ 100.000,00, em razão de investimentos realizados no bem

durante o matrimônio, valendo destacar que não foi produzida prova que pudesse revelar que ao tempo da ruptura o varão ainda participasse de campeonatos de som, automotivo e de rebaixamento (registros fotográficos datados de 2006, fls. 54/55), havendo demonstração, isso sim, de que atualmente encontra-se depreciado e estacionado em garagem locada (fls. 171/172 e 534/535).

Identicamente, como determinado na sentença, o veículo CBP/Super 90 Cabriolet, placa EWY 1965 (fl. 57), que também encontra-se estacionado em garagem locada (fls. 57, 173, 183 e 532/533), e a moto Honda/CBX 250 Twister, placa INA 9379 (fl. 70), devem ser partilhados pelo valor de avaliação ao tempo da ruptura, não merecendo acolhimento o pedido da autora de que sejam considerados, para tanto, os valores constantes da declaração ao Fisco apresentada pelo réu no exercício 2008 (fl. 583), visto que também não traduz a sua então realidade, já que obrigatória a manutenção do valor histórico.

(...)

Já, com relação ao veículo CBP/Super 90 Cabriolet, placa EWY 1965 (fl. 57), como decido na sentença, sua avaliação deve ser objeto de apuração na fase de liquidação de sentença, pois ausente nos autos documentação que permita sua avaliação pela Tabela FIPE.

Do mesmo modo, não há como ser acolhida a pretensão da autora de inclusão de um triciclo no acervo partilhável, cuja existência e titularidade foi expressamente negada pelo réu (contestação, fl. 114), que não declarou sua aquisição ao Fisco no exercício 2008 (fl. 583), mas apenas no exercício 2009 (fl. 580), sendo possível presumir, portanto, que tenha passado a integrar o seu patrimônio depois da separação (havida em março do ano anterior, vale repetir), já que ausente prova em sentido contrário, que competia á autora, como fato constitutivo do alegado direito de partilha (art. 333, I, do CPC).

(...)

No que se refere à irresignação do réu quanto à aplicação de correção monetária desde a separação de fato e de juros moratórios a contar da sentença, entendo que sua inconformidade não merece prosperar, valendo destacar que a correção monetária desde a separação não traduz enriquecimento ilícito algum em favor da autora, pois mecanismo tendente à manutenção do valor da moeda no tempo (assim, AC nº 70028524627, Sétima Câmara Cível, TJRS, Relator Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, 26/08/2009), e que a incidência dos juros de mora apenas a partir da fase de liquidação, como sugerido, acarretaria, isso sim, enriquecimento indevido do varão, já que durante este período ficou na posse exclusiva dos bens móveis.

(...)

Com relação às dívidas bancárias arroladas pelo réu (fls. 123/124), cuja partilha é questionada pela autora em seu reclamo, observo que integram o acervo partilhável aquelas contraídas durante o matrimônio e não quitadas até a data

ruptura da relação, no que se enquadram os débitos remanescentes provenientes do empréstimo contraído junto ao Banco Santander (duas parcelas no valor de R\$ 1.174,25, cada, que foram pagas pelo réu depois da separação, fls. 259/360), do empréstimo contratado perante o Banco BMC, a ser apurado em liquidação (contrato firmado em 21.11.2007, com previsão de pagamento em 95 parcelas, fl. 374), do empréstimo contratado perante o Banco Alfa, também a ser apurado em liquidação (contrato firmado em 28.01.2005, com previsão de pagamento em 48 parcelas, fls. 375/379), bem como perante o Banco do Brasil, que foi objeto de ações judiciais (nºs 001/1.05.0125499/8, 001/1.05.012552-0 e 001/1.05.0125753-9, fls. 487/52), a ser apurado em liquidação.

Todavia, com relação ao débito havido perante a CEF, verifico que os documentos acostados às fls. 313/322 revelam diversos pagamentos efetuados pelo réu em 29.01.2008, antes da ruptura, não havendo cogitar, portanto, de qualquer sorte de reembolso por parte da autora.

(...)

Por fim, não se desincumbiu a autora de demonstrar a prática de ato ilícito por parte do réu passível de reparação no âmbito econômico - financeiro, não tendo produzido nos autos prova categórica a respeito da afirmada infidelidade do ex-marido, que foi por ele expressamente negada, tampouco do abalo moral e prejuízo psicológico (nenhum atestado ou receituário médico foi apresentado) alegadamente suportados em decorrência dessa situação, o que seria de rigor ao acolhimento do pleito indenizatório, sendo possível verificar que a própria autora, ao colher as assinaturas nos documentos das fls. 14/15, acabou expondo sua vida pessoal e conjugal, não sendo viável garantir a reparação de um sofrimento, ao que tudo indica, pessoalmente deu causa.

Mesmo reconhecendo que, no campo doutrinário, a reparação pecuniária pelos danos extrapatrimoniais causados a um dos consortes seja tema recorrente, filio-me ao entendimento doutrinário e jurisprudencial restritivo e limitado que autoriza o ressarcimento apenas em casos excepcionais, de elevada gravidade, no que não se enquadra a hipótese dos autos, com a devida *vênia*.

Desse modo, a alteração do entendimento do TJRS acerca da alegação de alteração no comando sentencial; da partilha dos bens e das dívidas contraídas antes da dissolução; da incidência de juros e correção monetária; bem como da caracterização de comportamento passível de indenização por dano moral demandaria o revolvimento do acervo fático-probatórios dos autos, o que não se mostra possível nesse momento recursal, em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em R\$ 200,00 (duzentos reais), suspensa a exigibilidade em razão da gratuidade de justiça deferida à recorrente.

Publique-se.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator